

Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

Informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021 e relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Em 31 de março de 2021



Índice

	Página
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	3
Informações contábeis intermediárias	5
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021	12

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 –
12º andar Itaim Bibi,
São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.
Guarulhos – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

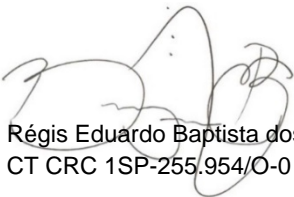
Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, que menciona que as informações contábeis intermediárias foram elaboradas no pressuposto de continuidade operacional e que indica que a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 441.315 mil durante o período de três meses findo em 31 de março de 2021 e que, naquela data, o patrimônio líquido estava negativo em R\$ 2.358.589 mil e o passivo circulante da Companhia excedia o ativo circulante em R\$ 1.124.188 mil. A Administração, baseada no plano de negócios, considera que a Companhia, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses, também conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa e proceder com o reequilíbrio do capital circulante líquido. Em 31 de março de 2021, a incerteza quanto à eventual não confirmação do referido plano de negócios, juntamente com outros eventos e condições, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos e ações que estão sendo desenvolvidos pela administração para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial da Companhia estão descritos na Nota Explicativa nº 1. As informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2021 não incluem nenhum ajuste que possa surgir do resultado dessa incerteza. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de maio de 2021



Régis Eduardo Baptista dos Santos
CT CRC 1SP-255.954/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	232.367	329.551
Aplicações financeiras vinculadas	5	249.260	145.647
Contas a receber	6	145.351	149.814
Estoques		10.514	10.310
Impostos a recuperar	7a	31.706	30.413
Adiantamentos		3.872	7.070
		<u>673.070</u>	<u>672.805</u>
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	5	155.285	128.389
Contas a receber	6	10.756	5.037
Impostos diferidos ativos	7b	626.536	609.840
Estoques		4.267	4.253
Impostos a recuperar	7a	355.124	361.934
Partes relacionadas	8	17.730	17.730
Depósitos judiciais	14	26.534	25.832
Imobilizado	9	2.452	2.653
Intangível	10	13.155.708	13.334.361
		<u>14.354.392</u>	<u>14.490.029</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>15.027.462</u>	<u>15.162.834</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>PASSIVO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		40.130	40.065
Empréstimos e financiamentos	11	228.682	297.842
Debêntures	12	113.001	102.671
Impostos a recolher	7d	24.299	103.703
Obrigações com empregados e administradores		11.691	9.713
Concessão de serviço público	13	1.271.969	1.207.381
Partes relacionadas	8	25.426	25.426
Receita diferida	15	21.725	21.057
Adiantamento de clientes		17.544	22.905
Outros passivos	16	42.791	55.144
		<u>1.797.258</u>	<u>1.885.907</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	2.366.899	2.372.130
Debêntures	12	575.737	574.082
Concessão de serviço público	13	12.487.393	12.089.152
Provisão para obrigações legais	14	31.012	29.869
Receita diferida	15	126.445	127.690
Adiantamento de clientes		1.307	1.278
		<u>15.588.793</u>	<u>15.194.201</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital social	17	2.624.558	2.624.558
Prejuízo acumulado		(4.541.832)	(4.417.802)
Resultado do período		(441.315)	(124.030)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>(2.358.589)</u>	<u>(1.917.274)</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		<u>15.027.462</u>	<u>15.162.834</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS
EM 31 DE MARÇO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Receita líquida de serviços e cessão de espaço		376.697	500.701
Receita de construção		19.076	13.919
Receita operacional líquida	18	<u>395.773</u>	<u>514.620</u>
Custo dos serviços prestados	19	(308.855)	(353.948)
Custo de construção	19	<u>(19.076)</u>	<u>(13.919)</u>
Lucro bruto		67.842	146.753
Despesas gerais e administrativas	19	(56.912)	(29.148)
Outras receitas e despesas	19	<u>2.783</u>	<u>57</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		13.713	117.662
Resultado financeiro líquido	20	<u>(471.724)</u>	<u>(248.377)</u>
Resultado antes dos impostos		(458.011)	(130.715)
Imposto de renda e contribuição social	7c	<u>16.696</u>	<u>25.971</u>
Prejuízo líquido do período		<u>(441.315)</u>	<u>(104.744)</u>
Prejuízo líquido por ação (em reais)	26	<u>(0,145)</u>	<u>(0,035)</u>

-
As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE OS PERÍODOS DE TRÊS MESES
FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Prejuízo do período	<u>(441.315)</u>	<u>(104.744)</u>
Total do resultado abrangente no período	<u><u>(441.315)</u></u>	<u><u>(104.744)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	2.624.558	(4.541.832)	(1.917.274)
Prejuízo do período	-	(441.315)	(441.315)
EM 31 DE MARÇO DE 2021	<u>2.624.558</u>	<u>(4.983.147)</u>	<u>(2.358.589)</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	2.624.558	(4.417.802)	(1.793.244)
Prejuízo do período	-	(104.744)	(104.744)
EM 31 DE MARÇO DE 2020	<u>2.624.558</u>	<u>(4.522.546)</u>	<u>(1.897.988)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES
FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do período antes dos impostos		(458.011)	(130.715)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	9/10	204.797	224.479
Baixa de imobilizado e intangível	9/10	2	3.038
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	6/19	25.603	158
Provisão para obrigações legais	14	1.143	1.766
Apropriação de receita diferida	15	(2.721)	(3.006)
Variações monetárias e encargos, líquidas		484.320	247.197
Reequilíbrio econômico financeiro	13/15	(15.950)	(3.528)
Realização do custo de captação de empréstimos/debêntures	12	236	239
Redução (aumento) nos ativos operacionais			
Contas a receber		(26.859)	40.611
Estoques		(218)	(615)
Outros adiantamentos		3.198	(869)
Impostos a recuperar		5.517	5.394
Depósitos judiciais		(702)	(1.861)
Despesas antecipadas		-	2.200
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(1.724)	(9.341)
Obrigações com empregados e administradores		1.978	2.276
Impostos a recolher		(79.404)	(13.316)
Adiantamento de clientes		(5.332)	(2.623)
Outras obrigações e contas a pagar		(12.353)	(25.414)
Outorga variável	13	42.875	56.389
Receita diferida	15	3.914	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>170.309</u>	<u>392.459</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação financeira		(169.284)	(253.620)
Rendimento de aplicação financeira resgatada		41.413	32.408
Aquisição de intangível		(1.808)	(2.237)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		<u>(129.679)</u>	<u>(223.449)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	11	-	-
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	11/12	(83.906)	(50.930)
Juros pagos	11/12	(53.908)	(59.195)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		<u>(137.814)</u>	<u>(110.125)</u>
Redução (aumento) líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>(97.184)</u>	<u>58.885</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período		329.551	127.257
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período		<u>232.367</u>	<u>186.142</u>
Redução (aumento) líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>(97.184)</u>	<u>58.885</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES
FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

Receitas		507.954	688.447
Receita tarifária e não tarifária	18	514.481	674.686
Receita de construção	18	19.076	13.919
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	19	(25.603)	(158)
Insumos adquiridos de terceiros		(198.468)	(233.484)
Custos dos serviços prestados		(159.126)	(195.240)
Custo de construção	19	(19.076)	(13.919)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(20.266)	(24.325)
Valor adicionado bruto		309.486	454.963
Retenções			
Depreciação e amortização	19	(204.757)	(224.479)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		104.729	230.484
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	20	17.106	7.239
Valor adicionado total a distribuir		121.835	237.723
Distribuição do valor adicionado		121.835	237.723
Pessoal e encargos		23.203	25.284
Remuneração direta		15.764	17.297
Benefícios		6.198	6.755
FGTS		1.241	1.232
Impostos, taxas e contribuições		51.877	61.822
Federais		34.861	40.158
Municipais		17.016	21.664
Remuneração do capital de terceiros		488.070	255.361
Juros	20	74.916	71.823
Atualização outorga	20	412.042	180.193
Outros		1.112	3.345
Remuneração de capital próprio		(441.315)	(104.744)
Prejuízo do período		(441.315)	(104.744)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Concessionária”, “Companhia”, “Aeroporto” ou “GRU Airport”) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela participação societária do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. Grupar (“Grupar”), uma controlada do grupo INVEPAR, com 51% e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) com 49%, constituída em 08 de maio de 2012. A Concessionária é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria “B” e tem como principal objeto social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária. A Concessionária tem sede na Rodovia Hélio Smidt, s/n, Guarulhos, São Paulo.

O Governo Federal e a Concessionária assinaram o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro no dia 14 de junho de 2012, pelo período correspondente a 20 anos, tendo seu início em 11 de julho de 2012 e término em 10 de julho de 2032, podendo ser renovado por mais 05 anos. Esse contrato de concessão prevê que a Concessionária realize pagamentos de outorga fixa e variável, conforme descrito na nota explicativa nº 13.

Em dezembro de 2017, com o intuito de melhorar a estrutura de capital para os próximos anos, a Concessionária aderiu à reprogramação dos fluxos de pagamentos da contribuição fixa, instituída pela Lei nº 13.999/17, antecipando parcialmente o valor da outorga fixa de 2018 e postergando na mesma proporção o valor para 2031 e 2032 (vide nota explicativa nº 13).

Em dezembro de 2020, em consequência dos desdobramentos e continuidade da pandemia da COVID-19, a Concessionária aderiu a uma nova reprogramação dos fluxos de pagamentos da contribuição fixa (vide Nota Explicativa nº 13).

Em 31 de março de 2021, a Concessionária apresentou prejuízo no montante de R\$ 441.315 (R\$ 104.744 em 31 de março de 2020), um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.124.188 (R\$ 1.213.102 em 31 de dezembro de 2020) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) em R\$ 2.358.589 (R\$ 1.917.274 em 31 de dezembro de 2020). As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, pois a Administração concluiu, com base em seu julgamento, que a situação patrimonial atual de prejuízo, capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) é prevista no plano de negócios e que a Concessionária gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

Pelos próximos 11 anos, a Concessionária realizará investimentos para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários.

1.1. CORONAVÍRUS (COVID-19)

Efeitos da pandemia do COVID-19

Em março de 2021, em consequência aos efeitos da pandemia do Coronavírus, a Concessionária verificou queda no desempenho operacional em comparação ao mesmo período do ano anterior, como segue:

GRU Airport	1T21	1T20	%
Passageiros total (Mil)	5.031	10.252	-50,9%
Movimento total de Aeronaves	42.840	70.239	-39,0%
Carga total (Toneladas)*	71.299	66.185	7,7%

*Volume total de cargas movimentadas (não auditado)

Todas as ações realizadas, pela Administração da Concessionária, como mencionado nas demonstrações contábeis divulgadas de 31 de dezembro de 2020 (publicadas na imprensa oficial em 26 de março de 2021 e nos websites: www.cvm.gov.br e www.gru.com.br), permanecem para o ano de 2021, para a preservação da saúde financeira e continuidade dos negócios, diante ainda das incertezas dos impactos da pandemia do Coronavírus.

Até o momento da divulgação dessas informações contábeis intermediárias, ainda não se tinha certeza sobre o tempo necessário para conter o avanço da doença, especialmente em relação a diminuição de casos diante da implementação do plano de vacinação contra a COVID-19 no país, e por isso ainda não é possível inferir quanto tempo mais será necessário seguir com as medidas preventivas para conter o contágio.

A Administração da Concessionária continuará tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores, clientes e comunidade aeroportuária e minimizar os impactos nas operações como está sendo realizado desde o início da pandemia.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Apresentação das informações contábeis intermediárias

A Administração da Concessionária autorizou a conclusão da preparação destas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) em 13 de maio de 2021, que foram elaboradas e apresentadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração intermediária, com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020, não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 2 das demonstrações contábeis anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (doravante denominadas de “demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020”), publicadas na imprensa oficial em 26 de março de 2021 e nos websites: www.cvm.gov.br e www.gru.com.br. Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2020.

2.2. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Concessionária.

3. CONTRATO DE CONCESSÃO

a) Objeto

O contrato tem por objetivo a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária a serem implementadas nas seguintes fases:

- FASE I-A – Transferência das operações do Aeroporto sob comando da Infraero para a Concessionária (fase concluída em 15 de fevereiro de 2013);
- FASE I-B – Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços (fase concluída em 11 de maio de 2014);
- FASE I-C – Expansão aeroportuária e de adequação total a infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária (PEA) (fase concluída em 12 de maio de 2016);
- FASE II – Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA (fase atual da Concessionária no período findo em 31 de março de 2021).

Prazo de vigência

O contrato de concessão tem prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por até 05 anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Contribuição ao sistema

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Guarulhos, a Concessionária, com a assinatura do contrato de concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R\$ 16.213.000 com parcelas anuais de R\$ 810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), a título de outorga fixa. Em conformidade com o aditamento ao contrato de concessão em 2017 e 2020 que alterou o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017, decorrente da reprogramação, permanecendo inalterado o valor presente líquido da outorga fixa original.

O contrato de concessão também prevê a realização do pagamento da contribuição variável anual que corresponde ao montante, em reais, resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Bens integrantes da concessão

Integram a concessão os bens necessários à prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros.

b) Direitos e deveres

Deveres gerais

Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, além de manter um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados.

Investimentos

Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário.

c) Remuneração da Concessionária

Receitas Tarifárias

São constituídas, pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia.

Receitas não tarifárias

São constituídas, por cessão de espaço inerentes à exploração dos espaços comerciais e outros.

d) Transferência da concessão e do controle societário

A Concessionária e seu acionista privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato.

e) Utilização do complexo aeroportuário

Disposições gerais

A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no complexo aeroportuário, sendo que, a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	476	3.588
Aplicações em fundos de investimento lastreadas em títulos públicos	<u>231.891</u>	<u>325.963</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>232.367</u></u>	<u><u>329.551</u></u>

As aplicações financeiras são representadas por fundos de investimentos lastreados em títulos públicos federais, em valores mobiliários do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil (Bacen) e em operações lastreadas em títulos públicos federais, com remuneração média de 91,15% do CDI (121,47% do CDI em 31 de dezembro de 2020), investimentos de curto prazo e com alta liquidez.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante	<u>249.260</u>	<u>145.647</u>
Conta Pagamento/ Reserva Outorga	249.260	145.647
Não circulante	<u>155.285</u>	<u>128.389</u>
CDB - Garantia Duke Energy	4.438	4.444
Conta Reserva	150.847	123.945
Saldo de aplicações financeiras vinculadas	<u><u>404.545</u></u>	<u><u>274.036</u></u>

A Concessionária possui aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações lastreadas nestes títulos.

Os fundos são remunerados pela taxa média de 91,15% do CDI (121,47% do CDI em 31 de dezembro de 2020) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da Conta Reserva, da Conta Pagamento e da Conta Outorga Fixa e da Conta Outorga Variável, destinado ao cumprimento das obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Repassadores (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA e Bradesco), além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

Do montante de aplicação financeira registrado no ativo não circulante R\$ 4.438 (R\$ 4.444 em 31 de dezembro de 2020) refere-se à aplicação em CDB junto ao Banco Itaú BBA, remunerado pela taxa média de 96,20% do CDI, cedido como garantia em contrapartida ao suprimento de energia elétrica no mercado livre, conforme contrato de compra e venda de energia elétrica entre a Concessionária e a Rio Paranapanema Energia (empresa do Grupo Duke Energy).

6. CONTAS A RECEBER

Em 31 de março de 2021, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contas a receber tarifárias		
Aeronaves	35.258	86.130
Armazenagem	15.836	16.250
	<u>51.094</u>	<u>102.380</u>
Contas a receber não tarifárias		
Receitas acessórias	<u>267.599</u>	<u>189.454</u>
Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	<u>(162.586)</u>	<u>(136.983)</u>
Total contas a receber	<u>156.107</u>	<u>154.851</u>
Circulante	<u>145.351</u>	<u>149.814</u>
Não circulante	<u>10.756</u>	<u>5.037</u>

Em 31 de março de 2021, a provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é de R\$ 162.586 (R\$ 136.983 em 31 de dezembro de 2020). Com o impacto direto do COVID-19 nas empresas do segmento aéreo e cessionários da Concessionária, houve aumento da provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa.

Movimentação na provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo no início do exercício	(136.983)	(53.504)
Adição/ Reversão	(25.603)	(133.384)
Baixa	-	49.905
Saldo no fim do exercício	<u>(162.586)</u>	<u>(136.983)</u>

A Concessionária avaliou as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando julgamento e avaliação para a provisão ou não, conforme percentual aplicado para cada nível de *aging* de vencimento, conforme quadro abaixo. Tendo em vista, o impacto da COVID-19, alguns clientes foram expurgados da matriz de provisões e avaliados individualmente. Devido a deterioração da situação financeira desses clientes, para esses casos, foi realizado provisão de 100%, independentemente do vencimento ou não dos títulos.

Títulos à vencer	Vencimentos								
	< 30 dias	31 à 60 dias	61 à 90 dias	91 à 120 dias	121 à 150 dias	151 à 180 dias	181 à 210 dias	211 a 240 dias	> 241 dias
-	-	25,03%	39,66%	56,83%	69,84%	80,08%	91,61%	100,0%	100,0%

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	31/03/2021	31/12/2020
IRRF	2.932	2.617
IRPJ	769	629
CSLL	137	108
PIS e COFINS	27.868	27.024
INSS	-	35
Total dos impostos a recuperar - circulante	31.706	30.413
PIS e COFINS - não circulante	355.124	361.934
Total	386.830	392.347

O montante de PIS e COFINS apresentado em impostos a recuperar é composto pelos créditos das contribuições sobre os investimentos, os quais são compensados à medida da amortização dos bens contabilizados no ativo intangível. Conforme o OCPC 05, o ativo intangível é amortizado em função da curva estimada de demanda, pelo prazo da concessão.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Concessionária, em conformidade com o CPC 32 – Impostos sobre o lucro (IAS 12), Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2021 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções.

A Concessionária considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos ao longo do prazo da concessão, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

<u>Natureza</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.206.076	1.206.076
Diferenças temporárias - Provisões indedutíveis	18.041	18.041
Total	<u>1.224.117</u>	<u>1.224.117</u>
Passivo diferido		
Outorga fiscal(*)	(487.480)	(498.312)
AVP outorga fiscal	(78.721)	(83.997)
Margem de construção(*)	(26.393)	(26.970)
AVP reequilíbrio	(4.987)	(4.998)
Total	<u>(597.581)</u>	<u>(614.277)</u>
Saldo ativo diferido líquido	<u>626.536</u>	<u>609.840</u>

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal e margem de construção, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados mensalmente pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV do artigo. 69 da Lei nº 12.973/14.

A Concessionária estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	<u>Ativo</u>
2024	14.635
2025	48.534
2026	77.755
2027 a 2032	<u>1.083.193</u>
	<u>1.224.117</u>

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer nos próximos anos.

c) Conciliação entre imposto de renda e contribuição social – alíquota nominal e efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(458.011)	(130.715)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	155.724	44.443
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do período		
Diferenças permanentes	(138)	(9)
Imposto de renda e contribuição social diferido não constituído	(138.890)	(18.463)
Total dos impostos no resultado - diferido	<u>16.696</u>	<u>25.971</u>

A Concessionária não constituiu o montante de R\$ 138.890 em 31 de março de 2021 de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. O valor acumulado, até 31 de março de 2021 de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos é de R\$ 1.315.104 (R\$ 1.176.214 em 31 de dezembro de 2020).

d) Impostos a recolher

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Impostos sobre receita		
PIS e COFINS(*)	14.797	93.833
ISSQN	5.730	5.739
	<u>20.527</u>	<u>99.572</u>
Impostos retidos sobre serviços		
ISSQN	726	618
IRRF	785	1.410
INSS	1.621	1.404
CSRF	640	699
	<u>3.772</u>	<u>4.131</u>
Circulante	<u>24.299</u>	<u>103.703</u>

(*) Em 2020, foram registrados impostos a recolher, no montante de R\$ 79.079 sobre o Reequilíbrio COVID-19 (vide Nota Explicativa nº 13).

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas informações contábeis intermediárias.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Concessionária.

A tabela a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas:

Parte relacionada	Transação	Relação	31/03/2021	
			Ativo não circulante	Passivo circulante
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	17.730	24.905
INVEPAR (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Acionista indireto	-	521
			<u>17.730</u>	<u>25.426</u>

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2020	
			Ativo não circulante	Passivo circulante
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	17.730	24.905
INVEPAR (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Acionista indireto	-	521
			<u>17.730</u>	<u>25.426</u>

a) Sumário das transações entre partes relacionadas

- (i) A Concessionária e a Infraero possuem valores de receitas e custos a serem repassados entre as partes, decorrentes da transição da operação;
- (ii) O passivo com o acionista indireto INVEPAR decorre de gastos com funcionários cedidos à Concessionária.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da Administração durante o período foi a seguinte:

	31/03/2021	31/03/2020
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró-labore	2.160	1.180
Outros benefícios	113	291
Encargos	397	246
Total da remuneração	<u>2.670</u>	<u>1.717</u>

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada, considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

A remuneração global máxima da Administração aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2021 para o exercício de 2021, é de R\$ 12.114, incluindo os encargos previdenciários incidentes.

Em 31 de março de 2021, o passivo da Concessionária com obrigações com pessoal da administração totalizava R\$ 968 (R\$ 1.145 em 31 de dezembro de 2020).

9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %				Saldo em
		31/12/2020	Adições	Transferência	31/03/2021
Custo					
Instalações	10%	1.427	-	-	1.427
Máquinas e equipamentos	10%	1.771	-	-	1.771
Móveis e utensílios	10%	1.757	-	-	1.757
Veículos	20%	2.274	-	-	2.274
Equipamentos de informática	20%	4.777	-	19	4.796
Imobilizado em andamento		19	-	(19)	-
Total		12.025	-	-	12.025
Depreciação acumulada					
Instalações		(574)	(36)	-	(610)
Máquinas e equipamentos		(1.136)	(35)	-	(1.171)
Móveis e utensílios		(1.253)	(35)	-	(1.288)
Veículos		(1.934)	(29)	-	(1.963)
Equipamentos de informática		(4.475)	(66)	-	(4.541)
Total		(9.372)	(201)	-	(9.573)
Imobilizado líquido		2.653	(201)	-	2.452

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %			Saldo em
		31/12/2019	Adições	Baixas	31/03/2020
Custo					
Instalações	10%	11.944	-	(3)	11.941
Máquinas e equipamentos	10%	3.736	-	(1.962)	1.774
Móveis e utensílios	10%	2.758	-	(990)	1.768
Veículos	20%	2.274	-	-	2.274
Equipamentos de informática	20%	10.385	-	(5.616)	4.769
Total		31.097	-	(8.571)	22.526
Depreciação acumulada					
Instalações		(3.586)	(285)	1	(3.870)
Máquinas e equipamentos		(2.957)	(35)	1.959	(1.033)
Móveis e utensílios		(2.068)	(35)	949	(1.154)
Veículos		(1.780)	(42)	-	(1.822)
Equipamentos de informática		(9.458)	(161)	5.341	(4.278)
Total		(19.849)	(558)	8.250	(12.157)
Imobilizado líquido		11.248	(558)	(321)	10.369

Sobre o ativo imobilizado da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

Perdas por redução ao valor recuperável

Em 31 de março de 2021, não foram identificadas evidências de ativos imobilizados com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

10. INTANGÍVEL

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %				Saldo em
		31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2021
Custo						
Software	20%	24.639	-	-	56	24.695
Outorga fixa - concessão	(a)	14.828.897	22.092	-	-	14.850.989
Investimento para concessão	(a)	4.326.333	1.266	(4)	19.021	4.346.616
Em andamento		22.636	2.587	-	(19.077)	6.146
Total		19.202.505	25.945	(4)	-	19.228.446
Amortização acumulada						
Software		(21.090)	(303)	-	-	(21.393)
Outorga fixa - concessão		(4.554.215)	(141.594)	-	-	(4.695.809)
Investimento para concessão		(1.292.839)	(62.699)	2	-	(1.355.536)
Total		(5.868.144)	(204.596)	2	-	(6.072.738)
Intangível líquido		13.334.361	(178.651)	(2)	-	13.155.708

(a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/03/2020
Custo						
Software	20%	28.370	-	(5.854)	1	22.517
Outorga fixa - concessão	(a)	14.662.964	33.772	-	-	14.696.736
Investimento para concessão	(a)	4.303.674	1.486	(3.546)	13.919	4.315.533
Em andamento		23.541	3.010	-	(13.920)	12.631
Total		19.018.549	38.268	(9.400)	-	19.047.417
Amortização acumulada						
Software		(25.504)	(1.038)	5.854	-	(20.688)
Outorga fixa - concessão		(3.880.281)	(161.679)	-	-	(4.041.960)
Investimento para concessão		(1.053.404)	(61.204)	829	-	(1.113.779)
Total		(4.959.189)	(223.921)	6.683	-	(5.176.427)
Intangível líquido		14.059.360	(185.653)	(2.717)	-	13.870.990

(a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

Segundo orientações contidas no OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a. e terá sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente a finalização de cada fase. Mais detalhes sobre a outorga fixa estão descritos na Nota Explicativa nº 13.

No exercício de 2020, foi registrado na rubrica de investimentos para a concessão o montante de R\$ 9.735 referente ao arrendamento para o projeto de modernização dos equipamentos e sistemas de estacionamento do sítio aeroportuário (vide Nota Explicativa nº11).

As adições no período referem-se, em sua maioria, às obras em andamento e capitalização dos encargos da outorga fixa.

No período findo em 31 de março de 2021, foram capitalizados no ativo intangível R\$ 22.092 de atualização monetária da outorga fixa (R\$ 33.772 em 31 de março de 2020) e R\$ 256 de juros sobre empréstimos e financiamentos (R\$ 431 em 31 de março de 2020).

Sobre os ativos intangíveis da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Perdas por redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de março de 2021, não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, calculado entre 1º de janeiro de 2020 até 10 de julho de 2032 (previsão de término do contrato de concessão).

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição da dívida

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2020	Juros incorridos	Juros capitalizados	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Saldo final 31/03/2021
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.856.612	32.127	-	(51.648)	(32.393)	1.804.698
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	3.167	33	-	(97)	(34)	3.069
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	800.936	14.562	256	(21.884)	(14.936)	778.934
Daycoval	Arrendamentos	ago/25	CDI	7,71%	9.257	213	-	(421)	(169)	8.880
Total					2.669.972	46.935	256	(74.050)	(47.532)	2.595.581
Parcela do circulante					297.842					228.682
Parcela do não circulante					2.372.130					2.366.899

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal.

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2019	Juros incorridos	Juros capitalizados	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Saldo final 31/03/2020
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.858.211	35.431	-	(29.768)	(35.864)	1.828.010
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	3.144	33	-	-	(40)	3.137
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	799.061	15.823	431	(12.486)	(16.438)	786.391
Itaú	Carta Fiança	Indeterminado	INPC	2,90%	6	6	-	-	(6)	6
Total					2.660.422	51.293	431	(42.254)	(52.348)	2.617.544
Parcela do circulante					216.082					238.672
Parcela do não circulante					2.444.340					2.378.872

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal.

Devido aos reflexos da pandemia, houve a postergação de pagamentos junto ao BNDES. Foi feita a adesão, a partir de 15 de maio de 2020, ao programa de *standstill* implantado pelo BNDES, paralisando por 6 meses o pagamento das parcelas de juros e principal dos contratos de financiamento firmados pela Concessionária, no âmbito do pacote de medidas socioeconômicas aprovadas pelo banco em caráter emergencial e com o objetivo de mitigar os efeitos da pandemia do novo Coronavírus no Brasil (vide nota explicativa nº 1.1). Os pagamentos de principal e juros foram retomados em 15 de novembro de 2020.

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos são capitalizados em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será devida proporcionalmente à finalização de cada fase. No período findo em 31 de março de 2021, o montante capitalizado foi de R\$ 256 (R\$ 431 em 31 de março de 2020).

Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:

2022	314.806
2023	343.696
2024	374.701
2025 em diante	1.333.696
	<hr/>
	<hr/>
	2.366.899

Financiamento de longo prazo – Finem Repasse Direto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES no valor de R\$ 2,4 bilhões dividido em quatro subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 1,5 bilhão, (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 435.000, (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 487.000, e (iv) “subcrédito C” no valor de R\$ 17.300. Os juros incidentes sobre o valor principal dos subcréditos A e B são de 2,88% ao ano acrescidos a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do subcrédito C é remunerado somente através da TJLP. O valor principal tem vencimento em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas.

Financiamento de longo prazo – Finem Repasse Indireto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), junto aos bancos: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Caixa Econômica Federal, todos os bancos, cada qual, com o percentual de 20%, no valor total de R\$ 1,03 bilhão dividido em três subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 643.000; (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 187.000; e (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 209.000. Os juros incidentes sobre o valor principal são de 3,40% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com vencimento do valor principal em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante a demanda.

Fiança

Em 1º de julho de 2014, a Concessionária contratou Carta Fiança no montante de R\$ 665 para garantir o pagamento de quantias questionadas nos autos da Execução de Título Extrajudicial, Processo nº 1007422-31.2014.8.26.0224 perante o Juízo de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos – SP. Este saldo é atualizado de acordo com a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e com o *spread* de 2,9% a.a.

Em 18 de setembro de 2020, a Concessionária quitou a referida carta fiança.

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Os Contratos de Financiamento de Longo Prazo relacionados aos contratos firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aos bancos repassadores e às debentures de 1ª emissão e de 2ª emissão, representados pelo agente fiduciário tem como garantia as seguintes cláusulas restritivas:

- Os financiamentos são garantidos através do: (i) penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão através do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, de administração de contras e outras avenças; e (ii) penhor de ações dos acionistas, com o contrato e penhor de ações e outras avenças do Aeroporto de Guarulhos Participações (GRUPAR) e contrato de penhor de ações e outras avenças da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero);
- A Concessionária possui o contrato de suporte de acionistas e outras avenças (*ESA - Equity Support Agreement*) que é parte integrante e inseparável do contrato de financiamento com o BNDES, que impõem a obrigação por parte dos acionistas de aportar na Concessionária o valor necessário para o pagamento integral e anual da Outorga, englobando as contribuições fixa e variável;
- Os contratos de financiamento de longo prazo possuem obrigações financeiras, *covenants*, que obrigatoriamente deverão ser apresentados após a conclusão de todas as obras financiadas, e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

Arrendamentos

Em 11 de fevereiro de 2019, a Concessionária firmou contrato de arrendamento com o Banco Daycoval para o projeto de modernização dos equipamentos e sistemas de estacionamento do sítio aeroportuário.

Em 28 de agosto de 2020, foi assinado o TRA – Termo de recebimento e aceitação do arrendamento celebrado junto ao Banco Daycoval. O montante foi classificado no intangível na rubrica de investimentos para concessão (vide Nota Explicativa nº 10).

Os valores contabilizados refletem a adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos (vide Nota Explicativa nº 2.21)

12. DEBÊNTURES

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 476, no valor de R\$ 300.000, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada, totalizando 300.000 debêntures (75.000 debêntures para cada série).

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para suportar os investimentos na ampliação da infraestrutura do Aeroporto.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,86% a.a., correspondente a 1ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, a partir da data de emissão até a data de pagamento dos juros das debêntures, sendo que a 1ª série terá seu pagamento em 15 de março, a 2ª série em 15 de junho, a 3ª série em 15 de setembro e a 4ª série em 15 de dezembro, até a amortização do principal que será em 09 parcelas anuais, a partir de 15 de março de 2017 até 15 de dezembro de 2025, conforme vencimentos descritos a seguir:

1º Emissão

<u>Amortização</u>	<u>1ª série</u>	<u>2ª série</u>	<u>3ª série</u>	<u>4ª série</u>
5%	15/03/2017	15/06/2017	15/09/2017	15/12/2017
5%	15/03/2018	15/06/2018	15/09/2018	15/12/2018
8%	15/03/2019	15/06/2019	15/09/2019	15/12/2019
10%	15/03/2020	15/06/2020	15/09/2020	15/12/2020
12%	15/03/2021	15/06/2021	15/09/2021	15/12/2021
15%	15/03/2022	15/06/2022	15/09/2022	15/12/2022
15%	15/03/2023	15/06/2023	15/09/2023	15/12/2023
15%	15/03/2024	15/06/2024	15/09/2024	15/12/2024
15%	15/03/2025	15/06/2025	15/09/2025	15/12/2025

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 400, no valor de R\$ 300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, totalizando 300.000 debêntures.

A totalidade dos recursos líquidos captados pela Concessionária por meio da segunda emissão de debêntures foi utilizada especificamente para a liquidação antecipada das notas promissórias emitidas em 07 de maio de 2014.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 6,40% a.a., correspondente à 2ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, um ano após a emissão, até a amortização do principal que possuem vencimentos conforme descrito a seguir:

2º Emissão

<u>Amortização</u>	<u>Série única</u>
5%	15/10/2018
5%	15/10/2019
8%	15/10/2020
10%	15/10/2021
12%	15/10/2022
15%	15/10/2023
15%	15/10/2024
15%	15/10/2025
15%	15/10/2026

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo final 31/12/2020	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 31/03/2021
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	333.142	14.184	(9.856)	(6.376)	-	331.094
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	348.463	13.797	-	-	-	362.260
Custo com emissão				(4.852)	-	-	-	236	(4.616)
Total				676.753	27.981	(9.856)	(6.376)	236	688.738

Parcela do circulante	102.671	113.001
Parcela do não circulante	574.082	575.737

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo inicial 31/12/2019	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 31/03/2020
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	354.479	10.736	(8.676)	(6.847)	-	349.692
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	362.719	9.794	-	-	-	372.513
Custo com emissão				(5.814)	-	-	-	239	(5.575)
Total				711.384	20.530	(8.676)	(6.847)	239	716.630

Parcela do circulante	85.711	93.955
Parcela do não circulante	625.673	622.675

Em 31 de março de 2021, os custos de captação com as instituições financeiras para emissão das debêntures são de R\$ 4.616 (R\$ 5.575 em 31 de março de 2020).

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

2022	95.369
2023	122.960
2024	122.960
2025 em diante	234.448
	<u>575.737</u>

Até 31 de março de 2021, a Concessionária realizou o pagamento de amortização do principal e dos juros das debêntures, conforme abaixo:

Pagamento	1º Emissão				2º Emissão	Total
	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	Série única	
Principal	9.856	-	-	-	-	9.856
Juros	6.376	-	-	-	-	6.376

Garantias e cláusulas restritivas financeiras (Vide Nota Explicativa nº 11).

13. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Objeto	Saldo inicial 31/12/2020	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transf.	Saldo final 31/03/2021
Outorga variável	155.999	42.875	-	-	-	198.874
Outorga fixa	1.293.640	-	39.266	2.105	(9.326)	1.325.685
(-) Reequilíbrio	(242.258)	-	(10.332)	-	-	(252.590)
Circulante	1.207.381	42.875	28.934	2.105	(9.326)	1.271.969
Outorga fixa	12.183.712	-	372.776	19.987	9.326	12.585.801
(-) Reequilíbrio	(94.560)	-	(3.848)	-	-	(98.408)
Não circulante	12.089.152	-	368.928	19.987	9.326	12.487.393
Total	13.296.533	42.875	397.862	22.092	-	13.759.362

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA.

Objeto	Saldo inicial 31/12/2019	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transf.	Saldo final 31/03/2020
Outorga variável	232.134	56.389	-	-	-	288.523
Outorga fixa	1.254.437	-	17.279	3.239	(13.859)	1.261.096
(-) Reequilíbrio	(9.405)	-	(50)	-	-	(9.455)
Circulante	1.477.166	56.389	17.229	3.239	(13.859)	1.540.164
Outorga fixa	11.682.545	-	162.914	30.533	13.859	11.889.851
(-) Reequilíbrio	(79.422)	-	(1.904)	-	-	(81.326)
Não circulante	11.603.123	-	161.010	30.533	13.859	11.808.525
Total	13.080.289	56.389	178.239	33.772	-	13.348.689

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA.

Devido aos reflexos da pandemia da COVID-19 (vide Nota Explicativa nº 1.1), houve a adesão à postergação do pagamento da outorga fixa e variável da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos para 18 de dezembro de 2020, conforme art. 2º da Lei nº 14.034 de 05 de agosto de 2020. O montante foi atualizado com base no índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Outorga fixa

Pela assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$ 16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a., conforme a orientação técnica OCPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$ 810.650. Esses pagamentos ocorrem no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva em maio de cada ano. Os pagamentos são reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC). Até 31 de dezembro de 2020, a Concessionária já liquidou 08 parcelas.

Repactuação da outorga fixa

Em 17 de agosto de 2017, através da Nota Técnica nº 11(SEI)/2017/SRA, a ANAC consentiu a reprogramação do fluxo de pagamento das outorgas e apresentou aditivo do contrato, estabelecendo o novo fluxo de pagamentos.

Em 26 de outubro de 2017, a Medida Provisória nº 779/17, que tratava sobre a reprogramação do pagamento da contribuição fixa, foi convertida na Lei nº 13.499/17, a qual, celebra os aditivos contratuais que versem sobre a alteração do cronograma de pagamentos das outorgas nos contratos de parceria no setor aeroportuário celebrados até 31 de dezembro de 2016.

Em 19 de dezembro de 2017, após o pagamento integral da outorga fixa de 2017, a Concessionária realizou a antecipação do valor de R\$ 319.000 (em valores de 2012), atualizado até esta data, totalizando o montante de R\$ 460.000 referente à parte da outorga fixa de 2018, em conformidade com o aditamento ao contrato de concessão que alterou o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017 e da Portaria nº 135/MTPA.

De acordo com o referido aditamento, a Concessionária postergou para os anos entre 2031 e 2032 o montante pago antecipadamente de R\$ 319.000, devidamente atualizado. O saldo remanescente de R\$ 172.650 (em valores de 2012), foi pago em 11 de julho de 2018, devidamente atualizado, totalizando o montante de R\$ 242.740.

Em 17 de dezembro de 2020, a Concessionária assinou junto à Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC), termo aditivo ao contrato de concessão, contemplando a reprogramação do pagamento da Outorga Fixa, da seguinte forma:

- Pagamento da contribuição fixa de 2020 em duas parcelas, com 50% vencendo em 18 de dezembro de 2020, e os outros 50% a serem pagos junto com as outorgas fixas dos anos de 2029, 2030 e 2031; e
- Postergação dos vencimentos das outorgas de 2021, 2022, 2023 e 2024 passando de 11 de julho para 18 de dezembro de cada ano.

As informações foram divulgadas ao mercado através de fato relevante enviado em 18 de dezembro de 2020.

Outorga variável

Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre o total da receita bruta anual, deduzida dos cancelamentos, devoluções e descontos incondicionais. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Em 17 de dezembro de 2020, a Concessionária pagou o montante correspondente a R\$ 239.776, referente a parcela de 2020 que foi prorrogada para 18 de dezembro de 2020, conforme art. 2º da Lei nº 14.034 de 05 de agosto de 2020.

Reequilíbrio econômico financeiro – Decisão nº 191 da ANAC de 22 de dezembro de 2016

Em 30 de outubro de 2014, a Concessionária protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão nº 121 da ANAC, de 13 de novembro de 2012, que teve como objetivo a alteração unilateral das tarifas aplicáveis aos serviços de Armazenagem e Capatazia, referentes às cargas importadas em trânsito. Tal regime tarifário diferiu pontualmente em relação àquele aplicável à Infraero no tocante ao mecanismo de cálculo das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao mercado de carga importada. Entre as alterações, destaca-se o tratamento dispensado às cargas em trânsito para zona primária e trânsito internacional.

Em 22 de dezembro de 2016, a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) aprovou 1ª Revisão Extraordinária do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos em R\$ 113.844 com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico financeiro.

Conforme estabelecido na Decisão nº 191 da ANAC, a parcela da contribuição fixa devida em cada ano será deduzida pelo valor aplicável conforme tabela.

Ano	Valor a ser deduzido
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	5.745
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
Total	113.844

Os valores estabelecidos na tabela, serão revistos quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal e, eventuais diferenças relativas às estimativas dos anos anteriores, deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA-IBGE, acumulado entre abril de 2016 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução ANAC nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

Reequilíbrio econômico financeiro – Decisão nº 138 da ANAC de 04 de agosto de 2020

Em 07 de março de 2019, a Concessionária interpôs o pedido de revisão extraordinária do contrato de concessão relativo ao evento “Novas exigências para alfandegamento”. A Concessionária sustenta que em razão de alteração da regulamentação da Receita Federal do Brasil – RFB, materializada pela Portaria nº 1001, de 6 de maio de 2014, teria sido obrigada a arcar com os custos decorrentes de contratação de pessoal habilitado para a operação dos equipamentos de inspeção não invasiva (escâneres) nas áreas de alfandegamento, despesas as quais eram anteriormente suportadas pela própria RFB.

Em 04 de agosto de 2020, conforme Decisão nº 138, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

A parcela da contribuição fixa devida em 2020 será deduzida pelo valor referente ao desequilíbrio verificado entre 2014 e 2020, correspondente a R\$ 10.082 a valores de agosto de 2014. Os valores serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual devida em 2020, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

A partir de 2021, a parcela a ser deduzida da contribuição fixa em cada ano corresponderá valores indicados na tabela contida no anexo desta Decisão para o mesmo ano, os quais também deverão ser atualizados considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela referida Resolução nº 355, de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes, conforme tabela abaixo.

Ano	Valor a ser deduzido
2014	1.040
2015	2.026
2016	1.675
2017	1.630
2018	1.354
2019	1.223
2020	1.134
2021	1.061
2022	994
2023	930
2024	871
2025	816
2026	764
2027	714
2028	669
2029	627
2030	587
2031	549
2032	304
Total	18.968

Reequilíbrio econômico financeiro – Decisão nº 215 da ANAC de 25 de novembro de 2020

Em razão dos prejuízos causados pela pandemia da COVID-19, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico financeiro da Concessionária, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão. O valor referente ao reequilíbrio verificado em 2020, corresponde ao montante de R\$ 854.914 a valores de 18 de dezembro de 2020, com incidência de PIS e COFINS sobre o montante.

Deste reequilíbrio, a Concessionária compensou a parcela da outorga fixa a pagar de 2020 com vencimento em 18 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 634.639. O saldo remanescente não compensado de R\$ 220.275 será deduzido das parcelas das outorgas dos próximos anos.

14. PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Concessionária é parte em processos administrativos e ações judiciais perante órgãos públicos e tribunais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, tributárias, administrativas, cíveis e outros assuntos, como apresentado a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>Provisões</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/03/2021</u>
Provisão para riscos					
Trabalhistas (a)	25.775	5.182	(1.108)	320	30.169
Tributário (b)	165	-	-	1	166
Administrativos (c)	310	23	-	1	334
Cíveis (d)	3.619	47	(3.327)	4	343
Total	<u>29.869</u>	<u>5.252</u>	<u>(4.435)</u>	<u>326</u>	<u>31.012</u>

A Concessionária, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

Riscos possíveis - Valores não provisionados

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para riscos		
Trabalhistas (a)	1.886	2.207
Tributários (b)	547.313	482.139
Administrativo (c)	39.451	42.534
Cíveis (d)	158.854	159.870
Total	<u>747.504</u>	<u>686.750</u>

a) Riscos trabalhistas

A Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização), estes processos representam 71% do total das contingências.

b) Riscos tributários

Existem Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadorias sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto, Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de Guarulhos arguindo a cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), que nesta data encontram-se com a exigibilidade suspensa e, ainda, lançamentos de Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) dos anos de 2013 a 2021, também realizados pela Prefeitura do Município de Guarulhos, já impugnados, mas sem decisão administrativa. No caso do IPTU, caso a cobrança seja declarada devida pelo Poder Judiciário, a Concessionária entende possível requerer o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão junto à ANAC.

Considerando o valor envolvido e a matéria discutida, vale destacar Ação Civil Pública distribuída por suposto ato de Improbidade Administrativa que teria sido praticado pelo Prefeito de Guarulhos (processo nº 1000336-33.2019.8.26.0224), que tramita na 2ª Vara da Fazenda Pública de Guarulhos cujo objeto é a alíquota de ISS entre os anos de 2012 a 2015, incidente sobre as receitas tarifárias.

c) Riscos Administrativos

Autuações oriundas de autoridades administrativas, como ANAC, Anvisa, Ipem-SP/Inmetro, Prefeitura do Município de Guarulhos, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo.

d) Riscos cíveis

Processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, motivados por furto ou extravio de bagagem ou outros fatos ocorridos dentro do Aeroporto cuja responsabilidade está sendo imputada à Concessionária, ou processos promovidos por cessionários de área aeroportuária (lojistas, companhias aéreas, outros) e fornecedores, relativos de pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigação de fazer, ou outras naturezas.

Depósitos recursais e judiciais

Em 31 de março de 2021, a Concessionária possuía R\$ 26.534 em depósitos recursais e judiciais (R\$ 25.832 em 31 de dezembro de 2020).

15. RECEITA DIFERIDA

	Saldo inicial 31/12/2020	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final 31/03/2021
Cessão de espaço	10.616	1.280	(2.721)	2.081	11.256
Reequilíbrio	10.441	-	(2.610)	2.638	10.469
Circulante	21.057	1.280	(5.331)	4.719	21.725
Cessão de espaço	75.080	2.634	-	(2.081)	75.633
Reequilíbrio	52.610	-	840	(2.638)	50.812
Não Circulante	127.690	2.634	840	(4.719)	126.445
	148.747	3.914	(4.491)	-	148.170
	Saldo inicial 31/12/2019	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final 31/03/2020
Cessão de espaço	12.024	-	(3.006)	3.006	12.024
Reequilíbrio	7.756	-	(2.083)	2.083	7.756
Circulante	19.780	-	(5.089)	5.089	19.780
Cessão de espaço	89.237	-	-	(3.006)	86.231
Reequilíbrio	52.707	-	509	(2.083)	51.133
Não Circulante	141.944	-	509	(5.089)	137.364
	161.724	-	(4.580)	-	157.144

A receita diferida da Concessionária está composta por contratos com lojistas, referente à cessão de espaço, como também o impacto do reconhecimento diferido da receita com o reequilíbrio econômico financeiro.

A atualização do reequilíbrio econômico (vide Nota Explicativa nº13), feita por meio do reconhecimento do ajuste a valor presente ao resultado, se dá em base sistemática semelhante à apropriação da receita diferida, por este motivo, o montante de receita diferida de reequilíbrio econômico no passivo não circulante não teve qualquer movimentação de atualização.

16. OUTROS PASSIVOS

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Repasse PAN/PAT (a)	433	38
Repasse ao Tesouro Nacional (b)	708	15.420
Contribuição Mensal (c)	<u>41.650</u>	<u>39.686</u>
Total(*)	<u><u>42.791</u></u>	<u><u>55.144</u></u>

- (a) O repasse PAN/PAT foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA). Os percentuais são variáveis e determinados conforme peso das bagagens e cargas.
- (b) O repasse ao Tesouro Nacional corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela Lei nº 9.825/99. O repasse corresponderá a US\$ 18,00 (dezoito dólares estadunidenses) independentemente da tarifa praticada e dos reajustes decorrentes do Contrato de Concessão. Em 01 de janeiro de 2021, o repasse ao Tesouro Nacional foi extinto mediante Lei nº 14.034/20 que revogou a Lei nº 9.825/99.
- (c) A Contribuição Mensal corresponde ao montante mensal resultante da aplicação de alíquota de 22,65% sobre a receita mensal proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pousos e Permanência e dos Preços Unificados e de Permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Capital social

Em 31 de março de 2021, o capital social da Concessionária é de R\$ 2.624.558 (em 31 de dezembro de 2020, era R\$ 2.624.558), sendo totalmente subscrito e integralizado. Composto por ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

	<u>31/03/2021</u>		
	<u>Capital</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>%</u>
Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR	1.338.525	1.547.106.254	51
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	<u>1.286.033</u>	<u>1.486.435.421</u>	<u>49</u>
Total	<u><u>2.624.558</u></u>	<u><u>3.033.541.675</u></u>	<u><u>100</u></u>

O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do período ou exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Receita operacional bruta tarifária		
Receita de aeronave e passageiros	128.922	254.980
Receita de armazenagem e capatazia	191.287	160.493
Total da receita operacional bruta tarifária	<u>320.209</u>	<u>415.473</u>
Receita operacional bruta não tarifária		
Receitas acessórias	194.272	259.213
Total da receita operacional bruta não tarifária	<u>194.272</u>	<u>259.213</u>
Total da receita operacional bruta tarifária e não tarifária	<u>514.481</u>	<u>674.686</u>
Deduções da receita bruta	<u>(137.784)</u>	<u>(173.985)</u>
Impostos sobre receita	(63.543)	(83.275)
Contribuição mensal	(69.358)	(86.401)
Outras deduções	<u>(4.883)</u>	<u>(4.309)</u>
Receitas líquidas de serviços tarifários e não tarifários	<u>376.697</u>	<u>500.701</u>
Receita de construção	<u>19.076</u>	<u>13.919</u>
Receita operacional líquida	<u><u>395.773</u></u>	<u><u>514.620</u></u>

19. CUSTOS E DESPESAS

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Pessoal e encargos	(26.764)	(29.125)
Conservação e manutenção	(20.373)	(23.343)
Comunicação, marketing e publicidade	(216)	(259)
Seguros e garantias	(2.696)	(2.207)
Serviços de terceiros	(26.390)	(31.840)
Veículos	(189)	(199)
Consultoria e assessoria	(2.028)	(2.160)
Aluguéis e impostos	(1.799)	(1.655)
Energia elétrica	(8.719)	(10.334)
Contingências	(6.787)	(2.956)
PECLD	(25.603)	(158)
Outorga variável	(42.167)	(55.459)
Depreciação e amortização	(204.757)	(224.479)
Custo de construção	(19.076)	(13.919)
Outros	5.504	1.135
	<u>(382.060)</u>	<u>(396.958)</u>
Custo dos serviços prestados	(308.855)	(353.948)
Custo de construção	(19.076)	(13.919)
Despesas gerais e administrativas	(56.912)	(29.148)
Outras receitas e despesas	2.783	57
	<u>(382.060)</u>	<u>(396.958)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Receita financeira		
Juros sobre aplicações financeiras	2.638	4.819
Outras receitas financeiras	14.468	2.420
Total	17.106	7.239
Despesas financeiras		
Atualização monetária sobre outorga fixa	(412.042)	(180.193)
Juros sobre debêntures	(27.981)	(20.530)
Juros sobre empréstimos	(46.935)	(51.293)
Comissões e despesas bancárias	(574)	(847)
Outros	(1.298)	(2.753)
Total	(488.830)	(255.616)
Total do resultado financeiro líquido	<u>(471.724)</u>	<u>(248.377)</u>

21. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Concessionária, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento “concessão aeroportuária” e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

22. PLANO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

Em abril de 2014, a Concessionária tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social (Infraprev) – com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da Infraero, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 – contrato de concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 – SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro – Guarulhos – Capítulo XV – das disposições transitórias, item “15.3”.

O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes do plano. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do Infraprev, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

A Concessionária contratou empresa especializada para prestação de serviços técnicos de avaliação atuarial do Plano CV de acordo com as regras estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33.

Na última avaliação atuarial realizada não foi identificado passivo atuarial líquido relevante.

23. SEGUROS

Em 31 de março de 2021, a Concessionária mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantem continuidade e eficácia das operações realizadas no aeroporto, como seguro de responsabilidade civil aeroportuário, seguro de riscos operacionais, seguro de riscos de engenharia, garantia de obrigações públicas, seguro de vida bombeiros, seguros de riscos diversos (equipamentos móveis - combate a incêndio) e seguro de frota operacional (carros de apoio ao aeroporto).

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Fim	
Riscos operacionais	1.870.000	24/05/2020	24/05/2021	Tokio Marine Seguradora
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos (US\$)	500.000	24/05/2020	24/05/2021	XL Seguros Brasil/ Starr Internacional Brasil Seguradora
Garantia de obrigações públicas *	624.338	11/07/2020	04/06/2021	Fator Seguradora/Pottencial Seguradora
Seguro de equipamentos móveis	3.300	24/05/2020	24/05/2021	Allianz Seguros S.A.
Seguro de frota	600.000	24/05/2020	24/05/2021	Tokio Marine Seguradora

*Limite de R\$ 624.338 até 10 de julho e endossado em 11 de julho de 2020.

A Concessionária tem participação na apólice de seguro D&O do grupo INVEPAR, com vigência de maio de 2020 a maio de 2021 com limite máximo de garantia de R\$ 100.000 com a Starr Internacional Brasil Seguradora S/A.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Concessionária foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Concessionária não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Concessionária não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2021 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, valores a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Instrumentos financeiros	31/03/2021		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	232.367	-	232.367
Aplicações financeiras vinculadas	404.545	-	404.545
Contas a receber	-	156.107	156.107
Partes relacionadas	-	17.730	17.730
Total do ativo	636.912	173.837	810.749
Passivos			
Fornecedores	-	40.130	40.130
Partes relacionadas	-	25.426	25.426
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	-	2.595.581	2.595.581
Debêntures (*)	-	693.354	693.354
Concessão de serviço público	-	13.759.362	13.759.362
Total do passivo	-	17.113.853	17.113.853

(*) foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Instrumentos financeiros	31/12/2020		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	329.551	-	329.551
Aplicações financeiras vinculadas	274.036	-	274.036
Contas a receber	-	154.851	154.851
Partes relacionadas	-	17.730	17.730
Total do ativo	603.587	172.581	776.168
Passivos			
Fornecedores	-	40.065	40.065
Partes relacionadas	-	25.426	25.426
Empréstimos e financiamentos	-	2.669.972	2.669.972
Debêntures (*)	-	681.605	681.605
Concessão de serviço público	-	13.296.533	13.296.533
Total do passivo	-	16.713.601	16.713.601

(*) foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Hierarquia do valor justo

A Concessionária usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/03/2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	232.367	232.367	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	404.545	-	404.545	-
Total	636.912	232.367	404.545	-

Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	31/03/2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	2.595.581	-	2.595.581	-
Debêntures (*)	693.354	-	693.354	-
Concessão de serviço público	13.759.362	-	-	13.759.362
Total	17.048.297	-	3.288.935	13.759.362

(*) Foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	329.551	329.551	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	274.036	-	274.036	-
Total	603.587	329.551	274.036	-

Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	31/12/2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	2.669.972	-	2.669.972	-
Debêntures (*)	681.605	-	681.605	-
Concessão de serviço público	13.296.533	-	-	13.296.533
Total	16.648.110	-	3.351.577	13.296.533

(*) Foi desconsiderado o valor do custo de captação.

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

- Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto ao BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

- Debêntures

As debêntures, em 31 de março de 2021, apresentam valor de mercado de R\$ 625.870 (R\$ 620.311 em 31 de dezembro de 2020).

Fonte: CETIP

- Concessão de serviço público

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Fatores de riscos

A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Concessionária.

- Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Concessionária às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber. A Concessionária mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras vinculadas em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica de provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa, Nota Explicativa nº 6.

- Risco de liquidez

A Concessionária acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Concessionária é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários.

A tabela a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Concessionária em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/03/2021
Fornecedores	40.130	-	-	-	40.130
Empréstimos e financiamentos	492.191	1.001.597	1.143.740	1.057.967	3.695.495
Debêntures	123.067	253.286	377.176	211.555	965.084
Concessão de serviço público	1.344.337	2.823.526	2.922.654	18.379.046	25.469.563
	<u>1.999.725</u>	<u>4.078.409</u>	<u>4.443.570</u>	<u>19.648.568</u>	<u>30.170.272</u>

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2020
Fornecedores	40.065	-	-	-	40.065
Empréstimos e financiamentos	492.191	1.001.597	1.143.740	1.057.967	3.695.495
Debêntures	123.067	253.286	377.176	211.555	965.084
Concessão de serviço público	1.293.640	2.823.526	2.922.654	18.379.046	25.418.866
	<u>1.948.963</u>	<u>4.078.409</u>	<u>4.443.570</u>	<u>19.648.568</u>	<u>30.119.510</u>

c) Análise de sensibilidade nas taxas de juros

A Concessionária está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras e efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros.

Decorre da possibilidade da Concessionária sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Concessionária possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI.

Na tabela a seguir, demonstramos o cenário provável sobre os ativos e passivos financeiros adotado pela Concessionária com base em projeções de indicadores do Banco Central do Brasil, principais instituições financeiras e nos preços de contratos futuros negociados em bolsa de valores e/ou mercadorias e futuros, com os respectivos impactos nos resultados da variável do risco considerado.

Ativo financeiro

Operação	31/03/2021	Risco/indexador	Cenário provável
Caixa e equivalentes de caixa (*)	232.367	CDI (% ao ano)	7.529
Aplicações financeiras vinculadas	404.545	CDI (% ao ano)	13.107
<u>Referência para ativos financeiros</u>			<u>Provável</u>
CDI (% ao ano)			3,24%

(*) O montante R\$ 231.891 corresponde a aplicações em fundos de investimento lastreados em títulos público indexadas pelo CDI.

Passivo financeiro

Operação	31/03/2021	Risco/indexador	Cenário provável
Empréstimos e financiamentos	2.586.701	TJLP (% ao ano)	117.178
Arrendamento Mercantil	8.880	CDI (% ao ano)	288
Debêntures	693.354	IPCA (% ao ano)	28.636
Outorga Fixa	13.759.362	IPCA (% ao ano)	568.262
<u>Referência para passivos financeiros</u>			<u>Provável</u>
TJLP (% ao ano)			4,53%
CDI (% ao ano)			3,24%
IPCA (% ao ano)			4,13%

25. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Concessionária teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos capitalizados	256	431
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados	22.092	33.772
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (fornecedores)	1.599	1.828

26. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas informações contábeis intermediárias.

A Concessionária não possui instrumentos diluidores em 31 de março de 2021 e 2020, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído. A tabela a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizando o cálculo de resultado básico e diluído por ação:

<u>Resultado básico e diluído por ação</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Numerador		
Prejuízo líquido do período atribuído aos acionistas da Concessionária	(441.315)	(104.744)
Denominador (em milhares de ações)	<u>3.033.542</u>	<u>3.033.542</u>
Média ponderada por número de ações		
Resultado básico e diluído por ação - em reais	<u>(0,145)</u>	<u>(0,035)</u>

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de divulgação das informações contábeis intermediárias a Concessionária não apresentou nenhum evento subsequente a ser divulgado.

* * *